



Assembleia Municipal de Óbidos		1
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 27 DE
FEVEREIRO DE 2015**

--- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Municipal da Casa da Música, sito na Rua Direita - Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM - Intervenção do público;-----

PONTO DOIS- Período antes da Ordem do Dia;-----

PONTO TRÊS - Eleição de representantes (efetivo e suplente) dos Presidentes das Juntas de Freguesia como um dos Delegados do Município no XXII Congresso Nacional (extraordinário) da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses [alínea a) do n.º 2 do Artigo 6.º dos Estatutos da ANMP];-----

PONTO QUATRO - Apreciação e eventual autorização da retificação da Repartição de Encargos Relativa ao Procedimento de «Fornecimento em Contínuo de Refeições Escolares para o Serviço Municipal de Refeições de Óbidos» (SMRO);-----

PONTO CINCO - Apreciação e eventual autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais ao abrigo do previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e autorização de repartição de encargos, atendendo ao fato do valor anual exceder o montante de 99.760 €, conforme previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, referente a procedimentos de aquisição de bens e/ou serviços com encargos plurianuais;-----

PONTO SEIS - Carta Educativa Municipal – ponto de situação e proposta de revisão;-----

PONTO SETE - Contrato do Município com a Portugal Telecom sobre a rede de telecomunicações na vila de Óbidos – ponto de situação;-----

PONTO OITO - Regadio de Óbidos – termos do contrato-programa;-----

PONTO NOVE – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal Telmo Faria saudou todos os presentes e, passou de imediato a palavra ao segundo secretário Ana Margarida Reis que fez a chamada.-----

--- **Presenças** - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado, Fernando Jorge Sousa e Silva, Anabela Blanc Capinha Corado, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, José Luís Rocha de Oliveira, Albino Agostinho de Sousa, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Sílvia Maurício Correia, Anabela Braga Adónis, Ana Catarina Brás de Carvalho, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, João Paulo de Oliveira Cardoso, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, Custódio de Sousa Santos, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----

--- **Substituições** – O Deputado Francisco Lage Raposo Brás Teixeira fez -se substituir pelo Deputado João António Sousa Veludo; a Deputada Dina Fernanda Pereira Vieira e o Deputado João Paulo Herculano Rodrigues, foram substituídos pela Deputada Márcia Alexandra Miranda de Nóbrega e Deputada Paula Alexandra Lourenço de Sousa, respetivamente.-----

--- **Quórum** – Vinte e oito presenças.-----

---Faltas – Deputado Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, a Deputada Dina Fernanda Pereira Vieira e o Deputado João Paulo Herculano Rodrigues.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		2
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

---Registou-se ainda a presença do Presidente da Câmara Municipal Humberto da Silva Marques e dos Vereadores, Bernardo José Fernandes Rodrigues, Pedro José de Barros Félix, Telmo de Sousa Félix, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Ana Maria Ramos de Sousa e José Carlos Ribeiro Capinha.-----

---Verificado o quórum e antes de passar a palavra ao primeiro secretário, o senhor Presidente da Mesa deu conta do atraso de dois dos membros da Assembleia Municipal, esclarecendo que está previsto no Regimento, o atraso até trinta minutos, sendo o atraso contabilizado, a partir da hora que iniciaram os trabalhos e não sob a hora que consta da convocatória, esclarecendo ainda que caso ultrapasse essa meia hora, os mesmos poderão participar mas não podem intervir.-----

---O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou a palavra ao primeiro secretário que leu a correspondência recebida, a saber:-----

---Deu nota da Circular nº 131/2014 de 7 de dezembro da Associação Nacional de Municípios que diz respeito aos procedimentos que devem ser tomados em Assembleia Municipal para eleger quer o Presidente de junta em efetivo, quer o suplente, para poderem participar no XXII Congresso que vai ser realizado em Tróia pela Associação Nacional de Municípios Portugueses-----

Deu conta da informação convite proveniente da Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo referente à realização no dia doze de Março de dois mil e quinze, pelas nove horas e trinta minutos, no Fórum Romeu Correia em Almada para o encontro debate “Autonomia do Poder Local Democrático na Defesa da Água Pública”.----

Foi recebida ainda a Circular nº 10/2015 de 20 de Janeiro, da ANMP, dando conta da realização do XXIIº Congresso do ANMP nos dias 27 e 28 de Março em Tróia, no Centro de Conferências do Tróia Design Hotel e respetivo programa.-----

Fez saber ainda que foram entregues os pedidos de justificação de falta e substituição dos deputados do PS, nomeadamente Francisco Teixeira, substituído pelo João Veludo, João Rodrigues por Paula Sousa e do PSD, ausência de Dina Vieira por Márcia de Nóbrega.-----

Foram rececionados ainda pedidos de justificação de falta dos Deputados Dina Vieira, Miguel Silvestre, e Francisco Teixeira.-----

Esta correspondência foi posta à disposição dos senhores Deputados para consulta.-----

---Antes de passar para a ordem do dia, o Presidente da mesa, fez uma reflexão acerca da forma como o regimento foi elaborado, manifestando ainda algumas dúvidas acerca da substituição dos Presidentes de Junta na Assembleia Municipal, deixando à consideração dos membros da Assembleia Municipal esta mesma situação.-----

---A senhora Deputada Anabela Adónis pediu a palavra, tendo cumprimentado os presentes e, informou que de acordo com um parecer emitido pela CCDR e atualizado a 26 de Fevereiro de 2015, é possível esta substituição ser feita, tendo ficado no entender do senhor Presidente da mesa esta questão resolvida e ultrapassada, tendo somente solicitado que a senhora Deputada faça chegar à mesa esse mesmo parecer a título informativo.-----

Iniciando a leitura da ordem de trabalhos, chamou a atenção e colocou novamente à consideração dos membros da assembleia, da fixação dos pontos da ordem do dia, nomeadamente os pontos seis, sete e oito, que foram propostos pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, acrescentando que não são pontos deliberativos, referindo o artigo décimo quinto do Regimento, onde salientou que qualquer membro pode propor pontos, desde que seja da competência deste órgão e que seja cumprido o estipulado no Regimento da Assembleia Municipal. Contudo, não sendo pontos deliberativos, e apesar das suas dúvidas, aceitou a sua inclusão, podendo este procedimento estar ferido de



Assembleia Municipal de Óbidos		3
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

alguma ilegalidade, nomeadamente a fixação em período da ordem do dia, pela forma como estes pontos foram apresentados, sendo a sua intenção somente aclarar esta situação.-----

---Chamou a atenção para a situação de quando não é respeitado o prazo de entrega da documentação, os deputados têm toda a razão em pedir que os prazos sejam cumpridos, contudo, e nestes pontos que foram incluídos não foi entregue documentação e por conseguinte não foi distribuída aos membros da Assembleia Municipal.-----

---Pedi a palavra a senhora Deputada Cristina Rodrigues, é do seu entendimento que o Regimento não transpõe deliberadamente todas as competências da Assembleia, contudo relativamente à situação das formalidades, informa que será tido em conta. Relembrou que anteriormente já foram alvo de críticas por trazerem à discussão vários pontos no período antes da ordem do dia, que na sua opinião, o período antes da ordem do dia, serve para tratar de assuntos de última hora e pequenos esclarecimentos. Acerca da situação em causa da possibilidade incluir pontos na ordem do dia, referiu que já era possível ser feito ao abrigo do anterior Regimento, e faz questão que seja uma prática habitual, parecendo-lhe que faz todo o sentido, pois trata-se de assuntos importantes, para que todos os membros possam atempadamente analisá-los.-----

---Pedi a palavra o senhor Deputado Miguel Silvestre, sendo a introdução dos pontos, na sua opinião, um artifício político, referindo que fez uma leitura política e não jurídica, não lhe parecendo correto, achando que não há grande espaço para contributo, pela apresentação dos temas e pela forma como foi feita. Referiu ainda que um ponto que conste da ordem do dia, deve ter uma função objetiva e concreta, sendo na sua opinião, desculpável atendendo ao facto de se estar ao abrigo dum novo Regimento, havendo afinações a fazer de parte a parte.-----

---Tomou a palavra a Deputada Cristina Rodrigues e em resposta ao Deputado Miguel Silvestre, referiu o facto que não se trata de ser desculpável, refutando em absoluto a opinião do Deputado. Trata-se no seu entender, de um conjunto de intervenções que não estão previstas e estas estão claramente previstas, pretendendo com isto, trazer à evidência quais são as preocupações existentes.-----

---A senhora Deputada Sílvia Correia, fez saber que o grupo Municipal do PCP partilha da opinião da deputada Cristina Rodrigues pois, na sua opinião, existem assuntos que não são possíveis serem debatidos no período antes da ordem do dia.-----

---O senhor Presidente da mesa, esclareceu que não se trata do cariz de importância dos assuntos, mas se são compostos de alguma matéria deliberativa, sendo sua intenção garantir que não haja nenhuma falta jurídica.-----

--- Foram postas à aprovação das atas nº 3 de 30 de Junho de 2014 e nº 5 de 28 de Novembro de 2014:-----

**APROVAÇÃO DE ATA Nº 3 de 30 de Junho 2014 - *Passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e quatro abstenções.*-----
Aprovado em minuta por unanimidade. -----**

**--- APROVAÇÃO DE ATA Nº 5 de 28 de Novembro 2014 - *Passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria, com 25 votos a favor e três abstenções.*-----
Aprovado em minuta por unanimidade. -----**

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu início a Ordem de Trabalhos:-----

----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

--- **PONTO UM – Intervenção do público**;-----

---Pedi a palavra o senhor Alberto Ferreira, na qualidade de munícipe do concelho de Óbidos e Presidente da Associação de Pais do Complexo Escolar do Furadouro e Jardins de Infância Adjacentes, tendo questionado o motivo pelo qual não foi posto à aprovação ou não desta Assembleia Municipal ou se foi por lapso que, o contrato celebrado entre o



Assembleia Municipal de Óbidos		4
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

Município de Óbidos, o Ministério de Educação e a Presidência do Conselho de Ministros, e que foi comunicado na última Assembleia Municipal.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal Humberto Marques, tomou a palavra, cumprimentando todo o auditório, tendo respondido que a responsabilidade de inscrever os pontos na Assembleia Municipal é da responsabilidade dos senhores deputados e da mesa, esclarecendo que este contrato interadministrativo virá à Assembleia Municipal quando a questão financeira estiver totalmente negociada, estando ainda duas questões por resolver mas é uma questão de pormenor.-----

---Pedi a palavra o senhor Filipe Daniel, na qualidade de membro Associação dos Beneficiários dos Planos de Rega das Baixas de Óbidos e da Amoreira referindo-se ao ponto número oito da ordem de trabalhos tendo enquadrado o assunto em questão que ocorreu na reunião da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro, referindo-se à questão levantada pela deputada Anabela Blanc acerca da poluição na barragem do Rio Arnóia. Falando em nome dos presentes, e sendo técnico agrário, produtor e munícipe, e tendo verificado que o Partido Socialista colocou este ponto na ordem de trabalhos, questionou se sustenta por documento comprovativo que ateste esse facto pois o senhor Filipe tem em seu poder análises efectuadas por empresas com altos padrões de qualidade e segurança alimentar, que confirmam que são cumpridos os critérios de qualidade e devidamente certificadas, pelo que se houvesse poluição, era facilmente detetável por exemplo numa análise de frutos. -----

Referiu-se ainda à questão da Câmara Municipal poder vir a assumir em conjunto com a Câmara Municipal do Bombarral a gestão da rede de rega. Fazendo ele parte da Associação dos Beneficiários dos Planos de Rega das Baixas de Óbidos e da Amoreira, o início dos contatos começou em 1976 1977, o Presidente da Assembleia Municipal bem como o senhor Presidente da Câmara conhece bem o dossier de regantes, e são pessoas que também têm lutado para que esta obra esteja no patamar onde está, sendo de extrema deselegância levantar uma falsa questão, tendo em seu poder análises da qualidade da água e antes de fazer a adjudicação, para o resto do período de rega, a Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural teve necessidade de anexar as mesmas, tendo estas sido consideradas favoráveis, informação que lhe foi transmitida pelo diretor de serviços.-----

Não está a ser reconhecido o trabalho desempenhado pela Associação, tendo demonstrado o seu descontentamento, neste projeto que é a rede de rega.-----

Relativamente à gestão da rede de rega, esclareceu que é da responsabilidade da DGADR durante o tempo em que a obra for testada, só depois de testada é que será entregue a uma Associação de Regantes à semelhança de todos os outros regadios. A única exceção existente e á a nível nacional, uma entidade a gerir é a do Alqueva dada a dimensão do projeto.-----

---Pedi a palavra o senhor Luís Honorato, na qualidade de Presidente da Associação de Regantes, tendo cumprimentado todos os presentes. Destacou o facto da Associação partilhar da mesma preocupação, pois são os principais interessados em que a água não esteja poluída.-----

São uma entidade autónoma, apartidária, com intenção de fazer parceria com todos, não tendo havido solicitações para responder a possíveis dúvidas, havendo alguém na sua opinião, que quer denegrir esta situação, podendo vir a sofrer as consequências, pondo em causa toda a projecção do concelho de Óbidos.-----

---O senhor Presidente da mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que considerou que esta é uma matéria muito sensível. Confirmou que foi interpolado no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, a propósito da questão levantada pela



Assembleia Municipal de Óbidos		5
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

senhora Deputada Anabela Blanc acerca da suposta poluição. Informou e assumiu que naquela data foram feitas análises regulares à qualidade da água da Albufeira, não tendo sido verificado qualquer problema, e que, a resposta é idêntica à dada à um ano atrás, estando convicto que não existe problema de poluição na Albufeira.-----

Atenta para o facto de serem representantes do povo, tendo responsabilidades acrescidas devendo medir milimetricamente as palavras que são proferidas, pois estas poderão, vir a ser em determinado contexto muito prejudiciais a uma economia.-----

Afirmou ainda que, colocar na senda da comunicação social falsos alarmes que podem prejudicar a economia mais importante do concelho de Óbidos, sendo este, motivo suficiente para travar a exportação dos nossos produtos para os mercados, esperando que quem levantou esta questão da poluição possa assumir que não tinha noção das implicações desse facto.-----

Dirigiu-se à senhora Deputada Anabela Blanc, pelas declarações feitas relativamente à poluição da albufeira, se o novo projeto relativamente à irrigação e às novas obras que vão ser feitas, contempla ou não a resolução do problema da poluição na albufeira no dia 28 de Fevereiro de 2014, afirmando que a senhora Deputada afirmou esta situação. Questiona se tem ou não fundamento factual para esta denúncia que é feita, pois o senhor Presidente da Câmara tem provas do contrário, e que a senhora Deputada sustente essa mesma declaração, alegando que sem provas e sem factos, é da opinião que deveria tomar a atitude de retirar o assunto e desculpabilizar-se por ter levantando um falso problema.-----

Em todo o país todas as redes de regas são geridas por entes diferentes das Câmaras Municipais, não percebendo o motivo do contrato programa estar inscrito na ordem do dia, pois a obra encontra-se em andamento e está inscrita no orçamento, não tendo passado nem pela Câmara Municipal nem pela Assembleia Municipal, qualquer processo de início de procedimento ou repartição de encargos,-----

Dirigiu-se por último aos senhores agricultores, mostrando a disponibilidade do executivo e com total respeito institucional e admiração pelo trabalho feito, esclarecendo que não é para fazer o acompanhamento da obra pois, é feito pela Administração Central nem para gerir o perímetro de rega, destacando as competências próprias de cada um.-----

---Tomou a palavra a senhora Deputada Anabela Blanc, dirigindo-se ao senhor Filipe Daniel, pessoa por quem tem estima e consideração apesar de não o conhecer pessoalmente.-----

Esclareceu que, como residente numa zona perto da Albufeira, tem vindo a alertar para o problema de aparecer espuma e várias poluições à volta da barragem, nomeadamente a água ter mau aspeto, tendo solicitado em jeito de parceria e não politicamente, uma intervenção à Câmara Municipal, para poder ajudar a resolver este problema. Tendo falado várias vezes nesse assunto, em tom de alerta e cooperação, não sendo de toda sua intenção ser vista como inimiga ou atacante, ficando estupefacta na manietação que foi feita pelo senhor Presidente da Câmara, pois na sua opinião, o que seria expectável era que lhe colocassem essas questões porque obviamente também a senhora Deputada pretende o bem do concelho.-----

Salientou o facto de não estar contra os agricultores, reconhecendo as situações difíceis com que se deparam diariamente, destacando que teve como intuito alertar para um problema, na expectativa que houvesse uma verificação se o mesmo existia e, caso houvesse, no sentido de solucionar o mesmo.-----

---O Senhor Presidente da Câmara respondeu à senhora Deputada, que não insulta a inteligência das pessoas e que quem chamou à coação no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, foram os senhores membros do partido socialista, tendo sido feita uma manipulação das afirmações que o Presidente da Câmara à época declarou.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		6
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

Afirmou ainda que a mesma nunca interpelou o senhor Presidente da Câmara apesar de não ter ficado esclarecida em relação ao que foi dito pelo Presidente da Câmara continuando a assumir a questão da poluição, sendo sensato, na sua opinião, assumir que não existe poluição.-----

---O senhor Eng.º Filipe Daniel, tomou a palavra, tendo respondido que a espuma que pode aparecer, nas margens do espelho de água e sendo estes terrenos argilosos, pode dever-se ao vento, pois é suficiente para criar esta espuma, não tendo que haver necessariamente poluição.-----

Informou os presentes que tenta passar o conhecimento adquirido, mostrando-se disponível para esclarecer as questões existentes, apelando para que não haja aproveitamentos político-partidários, pois parece-lhe que não se tem ideia do impacto que esta situação pode vir a ter na zona Oeste. Estando perante um Oásis, com condições únicas nomeadamente, para frutos, mel, vinho, hortícolas.-----

---O senhor Presidente da mesa da Assembleia tomou a palavra, renovando o convite para que os agricultores continuem a acompanhar os outros pontos e que compreende as intervenções que foram feitas por parte do público.-----

Afirma que é uma situação de grande responsabilidade, muito complexa e que estão a começar ser colhidos os frutos desse projeto de inovação, compreendendo que estejam a defender o que conquistaram.-----

Estando no papel de moderador desta reunião, o Presidente da mesa, salientou que deve existir muita calma e escolha das palavras, pois havendo profissionais da comunicação social presentes, podem as reuniões vir a serem caracterizadas e marcadas por palavras menos apropriadas, mostrando a sua preocupação, pois, no seu entender, este tema será certamente título de notícias na comunicação social, podendo este vir a ser interpretado como uma ameaça, tendo prosseguido com a ordem de trabalhos.-----

— **PONTO DOIS – Período antes da Ordem do Dia**;-----

---Tomou a palavra a senhora Deputada Sílvia Correia, questionando o executivo sobre qual a sua posição em relação à venda da estação, sugerindo que deveria de haver uma participação ativa contra esta decisão, devendo ser tomadas as providências necessárias no sentido de tentar adequar os horários de transporte rodoviário Municipal aos dos comboios regionais que param na estação ferroviária.-----

Alertou novamente ainda a Câmara Municipal de Óbidos para a situação da pedreira a laborar no planalto das Cezaredas. Questionando sobre quais medidas que o executivo pretende tomar em relação a este assunto, referindo que não deve haver somente uma preocupação com o turismo e com os eventos.-----

---O senhor Deputado Custódio Santos cumprimentou todos os presentes, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal, dando conta, de um problema relacionado com os restos de eucalipto nos Casais da Navalha, junto da povoação, inclusive dentro das valetas pelo que solicita que devem ser tomadas providências acerca desse assunto.---

Deu conta ainda de um facto de estarem a serem reparadas as calçadas no centro históricos, alertando que as mesmas só são reparadas devido a terem de se arranjar devido aos remendos da rebentação de água.-----

Referiu ainda que se encontram várias lajes partidas localizadas à frente da farmácia da vila, tendo originado a queda de alguns cidadãos.-----

Referiu ainda a questão que de acordo com a informação do senhor Presidente, estão a ser renovados os ecopontos para recolha de resíduos, dando conta de municípios que ainda não foram contemplados com os mesmos.-----

---A Deputada Catarina Carvalho, pediu a palavra questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o encerramento da estação dos correios dentro da Vila de Óbidos, não sabendo se a Câmara tem alguma competência para intervir neste tipo de assunto. Referiu ainda que não é possível levantar encomendas por parte dos residentes,



Assembleia Municipal de Óbidos		7
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

na estação dos correios na Praça de Santa Maria, tendo ainda questionado se a Câmara tinha conhecimento desse facto e, o que é que se estava a pensar fazer relativamente a esse serviço público agora privatizado, pois parecia que iriam deixar de ter instalações próprias no concelho.-----

---A Deputada Cristina Rodrigues tomou a palavra, referindo-se à obra de requalificação da igreja da Senhora do Carmo, na encosta Poente, entre o castelo e a estação de Caminho de Ferro de Óbidos. Disse que esta obra está parada há vários anos e alertou para o risco de virem a ser perdidos os fundos da União Europeia aprovados para pagar 85% da mesma, se os trabalhos não ficarem concluídos brevemente. Foi projetada uma imagem da respetiva Igreja e posteriormente uma pequena apresentação com algumas fotografias relativa a este ponto.-----

---O senhor Presidente da Assembleia mencionou que ocupando esse cargo, fica incomodado, nas referências que envolvem o seu trabalho como Presidente da Câmara, referindo-se à legenda de uma fotografia, pois não quer fazer defesa política, querendo apenas presidir os trabalhos, solicitando que se tenha isso em atenção ao escolher a forma como os assuntos são colocados.-----

---A senhora Deputada Cristina Rodrigues respondeu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Telmo Faria que fez uma micro intervenção sobre uma questão de um património de Óbidos e, a pergunta colocada, é no seu entender, do interesse de todos, independentemente das ideologias e partidos políticos. Referiu que queria saber o que se vai passar até ao final do ano pois, há dinheiro previsto para fazer aquela obra e até à data não foi feita, destacando o facto do estado em que a mesma se encontra, não obstante ao facto de ter sido feito por parte deste e de outros executivos, o melhor que podem e sabem para defender o património de Óbidos.-----

---O Presidente da mesa da Assembleia Municipal esclareceu que se estava a referir ao que foi projetado e não à pergunta em si, alegando que a legenda suscita uma questão política-----

---O senhor Deputado José Machado tomou a palavra, começando por se congratular pelo facto da Vila de Óbidos ter sido considerada uma das vinte e duas vilas mais bonitas da Europa, sendo esta uma responsabilidade acrescida por ter se manter essa distinção.- Referiu ainda que segundo um estudo divulgado pelo portal imobiliário Zizabi, cujo ranking tem em conta as categorias, escolas, creches, serviços de saúde, farmácias, segurança, cultura, entretenimento, serviços financeiros, lojas e restaurantes, com dados recolhidos através do Pordata e do Instituto Nacional de Estatística, Óbidos ocupa o antepenúltimo lugar do concelho do Oeste em termos de qualidade de vida. Acrescentou que os dados recolhidos têm ainda em conta fatores como os índices da taxa de mortalidade, rendimento per capita, criminalidade, taxa de abandono escolar e número de pessoas abaixo do limiar de pobreza.-----

Terminou a sua intervenção salientando que Óbidos tem muito a fazer para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e, nesse sentido, demonstrou a intenção do grupo Municipal do Partido Socialista ser envolvido na preparação do Plano Estratégico Municipal, tendo em vista a obtenção de fundos comunitários do programa Portugal 2020, sendo esta no seu entender, uma oportunidade importante para melhorar a qualidade de vida da população.-----

---O senhor Deputado Albino Sousa salientou que deveria de ser feita uma atualização no portal do Município no que diz respeito às atas da Assembleia Municipal, pois a última que foi colocada é referente à reunião de Abril do ano de dois mil e catorze.-----

---O senhor Deputado Jorge Veloso falou sobre o caso dos cartões de identificação dos Deputados Municipais, e tendo já sido entregues as fotografias, questionou para quando estaria prevista a entrega da documentação, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal respondido que nem todos os membros entregaram as fotografias aos serviços



Assembleia Municipal de Óbidos		8
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

municipais, tendo aproveitado para o solicitar aos membros que o façam assim que for possível, por forma a ver resolvida esta questão.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Miguel Silvestre, onde teceu alguns comentários e uma apreciação acerca da seletividade do tema património, referindo-se a um projeto que está a ser lançado pelo município de Óbidos chamado FOLIO, Festival Literário Internacional de Óbidos que, tem vindo a gerar um interesse crescente, sendo inclusivamente visto como uma das formas mais interessantes de tratar o património histórico. -----

Na sua opinião, nunca é falado da refuncionalização dos espaços do município de Óbidos, bem como do trabalho que foi feito nos últimos anos, tendo sido o património reafetado a novos usos, vendo garantida assim uma estabilidade futura. O FOLIO é um evento que fez uso de forma inteligente de resolver um problema de conservação de património, referindo a inatividade consecutiva de vários governos, em relação à questão do património cultural, não sendo justo na sua opinião culpabilizar os municípios. -----

Destacou o facto do Município de Óbidos ter feito um trabalho importante de revitalização do património histórico e de refuncionalização, não obstante os problemas existentes.-----

Demonstrou o seu reconhecimento pelo trabalho prestado pelo executivo, em particular do senhor Presidente da Câmara e da senhora Vereadora Celeste Afonso, em relação ao tema da educação, não tendo na sua opinião, sido devidamente respeitada, pela forma como foram apresentados estes pontos pela oposição. -----

Terminou a sua intervenção, fazendo um convite a todos os membros da Assembleia Municipal a estarem presentes no dia vinte e oito de fevereiro de 2015, numa visita aos edifícios centrais do Parque Tecnológico, tendo esta obra suscitado bastante interesse pelas universidades e alunos das faculdades de arquitetura, onde seria feita uma visita guiada pelo Arquiteto Jorge Mealha, sendo esta uma forma de conhecer o projeto nessa mesma dimensão.-----

---A senhora Deputada Anabela Blanc tomou a palavra, referindo-se à Assembleia Municipal extraordinária de treze de fevereiro de dois mil e quinze, tendo – lhe sido pedido à altura, que as questões de carácter quase técnico que a mesma colocou, referentes ao contrato, pudessem ser respondidas, devido ao adiantado da hora, na próxima Assembleia Municipal. Deu conta que enviou um e-mail ao senhor Presidente da Câmara Municipal pois estas perguntas eram merecedoras de resposta, devido à sua importância, na expectativa que o senhor Presidente responda às mesmas por forma a serem esclarecidas as dúvidas existentes relacionadas com este tema, nomeadamente com o contrato, sendo no seu entender, um tema muito denso. -----

---O senhor Deputado João Veludo perguntou quando terá início a obra do Museu das Guerras Peninsulares, nas Gaeiras. -----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Hélder Mesquita, onde deu conta do convite para os 90 anos da freguesia do Olho Marinho, convidando todos os membros da Assembleia e público em geral para participarem. -----

---O Presidente da mesa em exercício, Fernando Jorge, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, iniciando a sua intervenção referindo-se à questão colocada pela senhora Deputada Sílvia Correia sobre a venda/arrendamento da estação, e sendo parte interessada, o município terá uma palavra a dizer sobre essa matéria, recordando que não são donos daquele património, nem tem conhecimento das propostas existentes, não podendo criar obstáculos a qualquer pretensão.-----

Acrescentou que foi estabelecido contacto com a REFER, contudo, destacou o facto da REFER ter um título especial consignado por lei, que lhe permite fazer obras, ampliações que não tem de passar por licenciamento da Câmara Municipal. -----

Respondeu ao senhor Deputado Custódio Santos, referindo que tomou nota do eucaliptal e deu conta da existência de um Plano Municipal de defesa contra incêndios aprovado e



Assembleia Municipal de Óbidos		9
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

homologado pelas respetivas entidades, sendo o plano para cumprir e é sua intenção fazê-lo cumprir, tendo tomado nota ainda acerca das lajes partidas em frente à farmácia.-
Relativamente à questão do património, tendo apreciado a intervenção do senhor Deputado Miguel Silvestre, que na sua opinião assumiu uma posição muito clara, salientando ainda que a autarquia não tem competências próprias na defesa de um património de Estado.-----

Acrescentou que o executivo tem mantido uma postura ativa, havendo inúmeros imóveis alvo de intervenção, achando na sua opinião que não vale a pena, assinalar somente um, que devido ao facto de ter surgido um imprevisto em obra que levou á suspensão da obra e por consequência disso, o empreiteiro se viu no direito de apresentar uma nova proposta com preços surreais, não podendo o município ceder, somente porque teria de cumprir os prazos e devido a existir um financiamento assegurado. Entendeu que era preferível suspender para poder ser resolvido esse assunto. Atentou para os timings que não são compagináveis com aquilo que é necessário, para ter execução financeira até trinta e um de dezembro do corrente ano e respetiva execução física, salientando que a igreja do Mocharro não está esquecida. -----

A título informativo, falou sobre o FOLIO, tendo apresentado este festival juntamente com a senhora Vereadora Celeste Afonso, na BTL em Lisboa, esperando que não seja motivo de divisão partidária, uma outra abordagem de olharmos e preservarmos o património. ---
Informou ainda o Deputado Custódio que os serviços estão a preparar um procedimento para caiar e limpar todos os imóveis da Vila em vários lotes para a que a operação seja rápida. Referiu ainda que a intervenção da Igreja da Memória está terminada. -----

Respondeu à senhora Deputada Catarina Carvalho, relativamente ao encerramento da estação dos correios, dando conta de uma reunião tida por solicitação da administração local dos CTT precisamente para encontrar um outro local de maior acessibilidade das pessoas junto dos CTT, atendendo à realidade de hoje dos CTT devido ao payshop, pelo atendimento descentralizado em juntas de freguesia e por isso é um facto que as pessoas deixaram de vir dentro da Vila fazer esse serviço e, como tal, eles pretendiam ter um acesso mais privilegiado para justificar economicamente esta decisão.-----

Em relação à questão colocada pelo senhor Deputado Albino Sousa, informou que irá solicitar aos serviços para que se proceda a atualização das atas no portal Municipal.----

Em relação às questões suscitadas pela senhora Deputada Anabela Blanc, sugeriu que fosse feita uma reunião ainda que informal para poder discutir este assunto de forma aberta, sem prejuízo do contrato interadministrativo, no momento em que tiver que haver decisão ser discutido e aprovado numa futura Assembleia Municipal.-----

Relativamente à questão colocada pelo senhor Deputado João Veludo, esclareceu que foi promovida uma reunião pública promovida pelo Presidente da Junta das Gaeiras, tendo mencionado acerca desse assunto que seria muito em função das balizas dos novos fundos comunitários que iriam formatar aquele edifício. O edifício vai ser alvo de fundos comunitários mas não como Museu das Guerras Peninsulares esperando que a população desenvolva e dinamize. -----

Respondendo ao senhor Deputado José Machado, explicando que quando se fazem análises tem de se saber o que se está analisar, para que se possa ser autêntico e estabelecer essa comparação, pois as grandes cidades estão privilegiadas em matéria de qualidade de vida, da forma como a análise é feita, pois tem um conjunto de serviços, que o município á sua escala mais reduzida não tem como por exemplo hospitais, destacando o peso que esse indicador tem no estudo. -----

Destacou o facto que, de acordo com o mercado das transações e do IMT, mostra que Óbidos é dos municípios do distrito com mais atividade económica e maior atratividade por parte do mercado, e esse é o maior indicador que têm. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		10
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

---O senhor Vereador Pedro Félix tomou a palavra para esclarecer a questão colocada pela senhora Deputada Sílvia Correia. Explicou que o licenciamento das pedreiras é da competência da Direção Regional da Economia, não estando dentro do âmbito do licenciamento Municipal a questão das pedreiras. Contudo, e como parte interessada, devido a localizar-se na área geográfica do município têm havido várias reuniões com a Direção Regional, a pedido do proprietário. De acordo com o Plano Diretor Municipal, não é possível o licenciamento da mesma naquele local, pois trata-se de uma zona do planalto das Cezaredas considerada uma zona de reserva ecológica, não permitindo este tipo de laboração. Parece-lhe que há um interesse contrário entre aquilo que é economia e o que é ambiente e, por isso, com base no Decreto - Lei número quarenta e nove de dois mil e sete, é possível uma situação de autorização provisória de exploração até uma decisão final. Tendo tido três reuniões com um representante da Câmara, sempre com a mesma posição legal, tendo sido remetido à equipa do plano diretor, para que fizesse uma justificação técnica que sustente a posição da Câmara Municipal, estando a aguardar esse parecer para ser submetido à Direção Regional, após passar pela reunião de Câmara como posição final do município, sobre a hipótese eventual da revisão do PDM constar a pedreira. -----

Terminou informando que a pedreira que se situa no concelho da Lourinhã foi encerrada porque não era abrangida pela legislação referida, devido à data de início de exploração, pois caso assim não fosse, o proprietário poderia a coberto dessas licenças provisórias manter essa exploração. -----

---Pedi para intervir o senhor Deputado Jorge Veloso, tendo ele em parte, participado na obra da igreja do Mocharro e conhece um empreiteiro e uma técnica que também participou na mesma, não estando de acordo com o que disse o senhor Presidente da Câmara, mas nada a objetar. -----

---O senhor Deputado Custódio Santos mostrou o seu descontentamento em relação à forma como a questão das lajes tem sido tratada. -----

— **PONTO TRÊS- Eleição de representantes (efetivo e suplente) dos Presidentes das Juntas de Freguesia como um dos Delegados do Município no XXII Congresso Nacional (extraordinário) da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses [alínea a) do nº 2 do Artigo 6º dos Estatutos da ANMP];**-----

Não tendo havido intervenções foi posta à votação a única proposta intitulada como a Proposta A – tendo sido esta proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD com o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho Hélder Mesquita como membro efetivo e como suplente o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Usseira Evaristo Ferreira Ribeiro, tendo sido aprovada, após votação secreta, por maioria com dezanove votos a favor, quatro abstenções e cinco votos nulos.-----

---**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

—**PONTO QUATRO - Apreciação e eventual autorização da retificação da Repartição de Encargos Relativa ao Procedimento de «Fornecimento em Contínuo de Refeições Escolares para o Serviço Municipal de Refeições de Óbidos» (SMRO);**

Não tendo havido intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

—**PONTO CINCO- Apreciação e eventual autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais ao abrigo do previsto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e autorização de repartição de encargos, atendendo ao fato do valor anual exceder o montante de 99.760 €, conforme previsto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08-06, referente a procedimentos de aquisição de bens e/ou serviços com encargos plurianuais;**-----



Assembleia Municipal de Óbidos		11
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

---O senhor Deputado José Machado fez uso da palavra, dizendo que se trata de autorização de despesa e que para além da documentação enviada, sugeriu que futuramente devia de haver um mapa com a evolução dos custos e dos consumos, na parte da eletricidade, devido a tratar-se de verbas consideráveis para que se possa comparar, não sendo sua intenção fazer uma crítica nem nenhuma apreciação, pois não foram disponibilizados os elementos.-----

---A título informativo o senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, mencionando que em termos de valor absoluto, de mais taxas, verificou-se uma redução de cinco por cento apesar de se ter aumentado o numero de pontos de luz, e por força de várias medidas tomadas designadamente potência contratada, energia reativa, pontos que não necessitavam de tanta energia, conseguiram reduzir a fatura face ao ano anterior em cinco por cento. Significa que o consumo em watts reduziu muito superiormente aos cinco por cento e tem existido esse cuidado, e uma sistemática actualização, tendo o município uma técnica especificamente para este efeito e que poupa muito dinheiro ao município por ano.-----

Não tendo havido mais intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor e uma abstenção. -----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO SEIS - Carta Educativa Municipal – ponto de situação e proposta de revisão;-----

---O Presidente da mesa explicou que este ponto foi proposto pelo Partido Socialista.-----

---Tomou a palavra a senhora Deputada Cristina Rodrigues, referindo-se à inclusão de pontos, que tanto estes como os seguintes, na sua opinião, fazem sentido ser destacados como pontos de importância.-----

Relativamente à carta educativa Municipal, informou que solicitaram o seu agendamento no seguimento do debate muito interessante, que foi feito em 13 de Fevereiro de dois mil e quinze, por entenderem ser da maior importância avaliar a carta educativa do concelho que foi aprovada no ano de dois mil e seis e providenciar a sua atualização.-----

Afirmou que a mesma se encontra profundamente desatualizada em boa parte por boas razões, explicando que o panorama de hoje não é o mesmo à data de dois mil e seis.-----

Com a reabilitação da Josefa de Óbidos e os três Complexos Escolares, apontando alguns pontos que constam da mesma nomeadamente a transformação das escolas básicas do Sobral da Lagoa, Usseira e Vau em centros educativos, o projeto de estimular o interesse pela Matemática em idade precoce ou as questões do ensino superior, tendo muitas destas questões sido ultrapassadas por outras opções políticas.---Assim, considerou o grupo parlamentar do PS, que uma vez que no seu entender, a carta educativa é a base e o fundamento de tudo aquilo que se deve fazer em educação, que deve constituir uma prioridade para os diversos órgãos autárquicos e que a Assembleia Municipal deve acompanhar e participar nesse trabalho, pela importância que terá no futuro de todos.-----

---A senhora Deputada Joana Machado referiu que a carta educativa vai ao encontro do diagnóstico referido na cláusula décima primeira, na minuta da proposta de contrato. Disse que este documento parece fundamental para todo este processo dizendo que, certamente, todos os presentes na Assembleia Municipal querem uma escola melhor.-----

--Acrescentou que na primeira reunião de início de ano letivo tem por hábito dizer aos pais que a escola é feita por todos e não basta termos um bom professor ou bons alunos, temos que ter pais e alunos interessados, e estarem reunidas as condições necessárias para se poder lecionar e propor as atividades aos nossos alunos, crendo que só assim se pode ter bons resultados. Em Óbidos, já existem boas escolas no que diz respeito aos edifícios, mas, na sua opinião, existe um grande trabalho educativo pela frente



Assembleia Municipal de Óbidos		12
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

nomeadamente, para se conseguir trazer os pais à escola, no que diz respeito à responsabilização, participação, interesse, acompanhamento. -----

Citou “A continuação do Programa de apoio parental promovido pela Câmara Municipal de Óbidos visando o reforço de algumas competências parentais, para uma melhor relação entre os pais e a escola, aprofundando o papel dos pais no processo educacional dos filhos.”, constante da página vinte e seis da carta educativa.-----

Questionou o executivo no sentido de saber o que tem sido feito durante este período, pois desconhece os resultados e ou relatórios. -----

Finalizou a sua intervenção afirmando que considera este ponto crucial para se conseguirem melhores resultados escolares e uma melhor estabilidade dos alunos do concelho, salientando que se tem de trabalhar junto das famílias e com as famílias.-----

Em relação ao que é referido na página vinte e cinco da carta educativa, o desenvolvimento de programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar, voltou a colocar as mesmas questões, nomeadamente o que tem sido feito, quais os resultados e se existem relatórios. -----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Miguel Silvestre, que em relação a esta questão, e, mantendo a linha do que disse em relação à inclusão destas temáticas, questionou se aquela seria a proposta do grupo Municipal do PS, passando a ler: “ Tenciona apresentar uma proposta aberta a ajustamentos para ser debatida e votada numa próxima Assembleia Municipal, sob a revisão e atualização da carta educativa de Óbidos e a avaliação da ação das escolas de Óbidos nos últimos anos”, questionando se este o documento que se devem pronunciar e que forma. -----

Em relação à questão da carta educativa, deu conta do facto que estes documentos são dinâmicos e, estando Óbidos a fazer um processo que vai alterar o panorama educativo no concelho de Óbidos, não considerando positivo vir de regresso ao passado, achando na sua opinião, que há questões que não são claras, sendo que a carta educativa teve um propósito claro tendo a reestruturação que foi feita na altura certa. Pois vão haver muitos concelhos no Oeste que não vão ter essa possibilidade, pois houve uma carta educativa que teve um propósito que foi cumprido.-----

Foi lida por parte do senhor Deputado uma resposta a uma posição do partido socialista no ano de dois mil e seis, sendo que, no seu entendimento, a questão tem a ver com a forma tardia e com aquilo que tem sido o trabalho desenvolvido e o pouco contributo que o Partido Socialista tem dado de forma substancial em relação a esta matéria. Tendo este assunto sido tratado com essa responsabilidade pois é consensual a importância do tema, não valendo a pena, relatar temáticas à data de dois mil e seis, destacando que importava referir tudo o que foi feito a mais para além do que consta da carta educativa.--

---A senhora Deputada Cristina Rodrigues, referiu que o senhor Deputado Miguel Silvestre não tinha ouvido o que disse e que as questões são centrais, e começou por dizer que a carta educativa é um documento estruturante, que se encontra desatualizado, na sua maioria por boas razões, havendo todo um trabalho que se reconhece, propondo que se trabalhe em conjunto para que a carta educativa que está na base de todos estes procedimentos, esteja de acordo com a realidade.-----

---Usou da palavra o senhor Deputado Miguel Silvestre, mantendo o que disse, referindo que se sente confuso, pois não consegue perceber o porquê da inclusão deste ponto, nesta altura, depois de se ter tido um debate, qual o verdadeiro objetivo deste processo, pois se existe um processo que está a ser trabalhado, do qual consta a participação de uma Vereadora do PS, não percebendo qual o objetivo, sem que da parte do Grupo Parlamentar do PS tenha havido algum contributo adicional até ao momento.-----

Termina a sua intervenção, afirmando que na sua opinião foi um artificio político, o de retirar um tema antes da ordem do dia e colocá-lo na agenda, porque não há contributo adicional sendo na sua opinião uma evidência.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		13
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

---Em resposta ao senhor Deputado Miguel Silvestre, interveio a senhora Deputada Cristina Rodrigues, referindo que a inclusão deste ponto tem que ver com o diagnóstico desajustado para dar sustentação ao trabalho que está a ser feito no concelho de Óbidos, finalizando a sua intervenção afirmando que é um ponto de partida, a atualização de um documento estruturante da educação do concelho.-----

---O senhor Deputado Custódio Santos tomou a palavra, esperando que não estejam a politizar o ensino, e no governo em fim de mandato e, não prejudiquem professores e alunos esperando que cumpram a Constituição Portuguesa, estando na sua opinião o município de Óbidos a seguir o Governo. -----

---Tomou a palavra o senhor Deputado José Luís Oliveira, saudando todos os presentes, e começou por ler o ponto número seis, perguntando à mesa o que iriam votar, não vendo qualquer proposta, questionando a Deputada Cristina Rodrigues, onde se encontra a proposta ou se a mesma não lhe foi entregue, pois não tem em seu poder qualquer documento, ao qual o senhor Presidente da mesa esclareceu que não foi rececionada qualquer proposta, podendo esta vir a ser elaborada.-----

---Interveio a senhora Deputada Cristina Rodrigues, informando que a atualização deve constituir uma prioridade da Assembleia Municipal sendo este um início de um processo de em conjunto de revisão da carta educativa, informando que a Assembleia Municipal não se deve alhear desse trabalho, não havendo assunto posto a votação. -----

---O Presidente da mesa relembrou os presentes que a carta educativa Municipal foi aprovada pelos órgãos municipais no ano de dois mil e seis e, no ano de dois mil e sete, se encarregaram de a desatualizar, tal como, a constituição de alguns órgãos como o Conselho Municipal de Educação, devido à falta de competências que nessa altura reclamaram junto do governo central, pois na sua opinião, tratava-se de órgão Municipal inútil pois não tinha competências, e por conseguinte não havia deliberações, não tendo capacidade de intervenção, tendo centrado a sua prioridade no Conselho Geral. -----

Terminou a sua intervenção mencionando que com este contrato, esse órgão de base local, terá a possibilidade de responder e influenciar e decidir, situação que nunca tiveram.-----

---Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma saudação especial ao senhor diretor do agrupamento, que se encontrava a assistir aos trabalhos da Assembleia.-----

O senhor Presidente da Câmara tomou a palavra referindo que houve alguma falta de informação ou conhecimento sobre o contrato interadministrativo, cruzado com a matriz de competências mas, este fala da carta educativa mas essa competência é uma competência do Conselho Municipal de Educação. Achou extemporâneo estar-se a discutir essa matéria, pois a autarquia não irá fazer qualquer carta educativa, sendo essa uma competência do Conselho Municipal de Educação. Em todo o caso regista o interesse achando na sua opinião que foi precipitado.-----

Esclareceu ainda que a Câmara teve o cuidado de chamar uma profissional do IEFP, Dra. Ana Sousa, sendo também Vereadora da Câmara Municipal de Óbidos, ainda não tendo participado em reuniões pois apesar do pedido efetuado pelo município ao IFEP, foi declinado numa primeira estância, tendo reatado esta processo e estando a aguardar decisão do mesmo.-----

---A senhora Vereadora Ana Sousa, tomou a palavra, saudando todos os presentes, esclarecendo que foi feito o convite mas enquanto funcionária do IEFP, e não na qualidade de Vereadora do Partido Socialista, não tendo tido até ao momento autorização para esse efeito, e terá todo o gosto em participar.-----

--A senhora Vereadora Celeste Afonso, tomou a palavra, referindo que convidaram a Dra.. Ana Sousa a fazer parte deste projeto como elemento do IEFP e em particular a



Assembleia Municipal de Óbidos		14
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

Dra. Ana Sousa por ser também Vereadora da Câmara Municipal de Óbidos, sendo difícil fazer essa destrição.-----

Em relação à carta educativa, demonstrou a sua satisfação pelo facto do senhor Eng.º José Machado, ter sugerido a introdução deste ponto na ordem de trabalhos, achando que iriam introduzir uma proposta, tendo considerado na altura que se tratava de um lapso, e quando fosse inerido esse ponto na ordem de trabalhos, apresentariam uma proposta ou pretensão de intervenção não na carta educativa mas no Projeto Educativo Municipal, tendo sido reafirmado que a carta educativa é a base e o fundamento de tudo o que se deve fazer em educação,-----

Havendo uma confusão provavelmente por se tratarem de termos novos, o que se diz que ate ao final do primeiro ano letivo da vigência do contrato são elaborados os documentos estratégicos, a carta educativa e o plano estratégico ou plano educativo Municipal que contempla o diagnóstico Municipal previsto na clausula decima primeira, as linhas gerais de ação a considerar e a respetivas metas e indicadores de melhoria de desempenho educativo, estratégias, atividades, recursos e respetiva calendarização, pensando que quer a este documento que os senhores se referiam e não tanto na atualização da carta educativa, sendo uma atualização essencialmente técnica.-----

Recordou ainda que a carta educativa consagrada legalmente em dois mil e três, criando condições para que os municípios se pudessem então afirmar enquanto autores e participantes na reorganização da rede escolar Municipal e foi isso que possibilitou que Óbidos afirmasse soluções educativas locais. Nesse sentido esta carta educativa desatualizada aos dias de hoje, enquanto dados, não o é, enquanto conceptualização de um novo paradigma de ensino de educação que se pretende para o território, encontrando - se na sua opinião perfeitamente atual.-----

Referiu ainda que Óbidos foi dos primeiros municípios a reconhecer a importância deste documento e dos primeiros a entregar a carta e a vê-la homologada. A partir deste documento que passaram a ter um novo conceito de planeamento em que planear passar a ser muito mais que caminhar para um único sentido, mas que assente numa análise que abandone o planeamento tradicional, passando a ser estratégico e integre as múltiplas variáveis e determinantes e que hierarquize situações, prioridades e que se façam seleções de ações chave para a mudança.-----

Há doze anos a carta educativa era um documento estruturante e hoje, o documento estruturante é o Projeto Educativo Municipal e a carta educativa Municipal, um documento auxiliar do respetivo plano.-----

Terminou afirmando que após todos estes anos e depois de uma intenção começada em 1986, só agora se consegue falar em territorialização de educação com um contrato prestes a ser assinado. -----

----A senhora Deputada Anabela Balnc referiu-se à intervenção da senhora Vereadora Celeste Afonso, nomeadamente à carta educativa, neste momento não é um documento estruturante não devendo ter sido dado importância que lhe está a ser dada contudo, na clausula decima segunda do contrato refere que os documentos estratégicos educativos é CEM e o PEM, devendo passar a ter-se em conta a conjugação destes dois documentos.-----

---A senhora Vereadora Celeste Afonso, confirma que referiu isso mesmo, a CE aparece no contrato como documento estruturante, mas tudo o que foi referido para fazer parte da carta, está integrado no PEM.-----

A Carta Educativa deve cruzar com o PEM, sendo esta uma carta educativa de segunda geração, da plataforma eletrónica, cujos dados quer ao nível da monitorização e acompanhamento vão sendo atualizados que a informática lhes proporciona, afirmando que o PEM é que é o documento estruturante da educação.-----

---Não havendo deliberação passou-se ao ponto seguinte.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		15
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

—PONTO SETE - Contrato do Município com a Portugal Telecom sobre a rede de telecomunicações na vila de Óbidos – ponto de situação;-----

---O senhor Presidente da mesa deu a palavra ao senhor Deputado José Machado analisando o ponto em questão, tendo este enquadrado o Contrato Municipal com a Portugal Telecom sobre a rede de telecomunicações na vila de Óbidos – ponto de situação. Deu conta que em julho de dois mil e onze, a Câmara Municipal enviou um comunicado de imprensa dando conta de ter sido fechado um acordo com a Portugal Telecom, que iria beneficiar o serviço de telecomunicações prestado na vila de Óbidos. À data de vinte e nove de setembro de dois mil e onze, reafirmou essas informações na Assembleia Municipal e destacou o facto de Óbidos ser o primeiro centro histórico MEO do país, passando a ter uma rede de fibra ótica para substituir a anterior rede instalada à alguns anos atrás, tendo a bancada do PS reconhecido esta mesma situação. Investimento na rede era suportado pela Portugal Telecom tendo sido dito que esse acordo permitia que os trabalhadores tivessem benefícios e que estaria concluído no final do ano de dois mil e onze. Afirmou que à presente data ainda não existe a rede de fibra ótica, solicitando que se faça o ponto de situação para que se perspetive quando poderão ter a respetiva rede e fazer-se a atualização do processo. Em face do exposto, considerando este, que parece não ter havido sequência prática a este acordo, o Deputado José Machado disse que o grupo Municipal do PS pretende esclarecimentos da parte da Câmara Municipal e que a Assembleia Municipal debata o ponto de situação da execução do referido acordo, perspetivando-se soluções para o futuro.-----

---Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, esclarecendo que no ano de dois mil e onze foi feito um acordo entre a Portugal Telecom e o Município, sob o desígnio de Óbidos ser o primeiro centro histórico fornecido pela MEO. Desde essa altura sucederam inúmeras situações, nomeadamente o fato da PT ter uma concessão de fornecimento de rede e de sinal em todo o país e portanto era detido uma espécie de monopólio. Saliu que o Estado português entendeu que a concessão devia ser concedida a várias operadoras. Operadoras que neste momento estão a operar são muitas mais que a própria PT.-----

Mencionou ainda que a PT se atrasou na entrega do projeto e quando entrega o projeto arroga a si a pretensão que as atuais redes da Vila de Óbidos e as condutas pelas quais passam estas redes fossem património da PT e, em face disso foram efetuadas várias tentativas de negociação sem sucesso em que a PT não cedeu a este facto, pois o município não pretende que Óbidos seja património exclusivo da Portugal Telecom, tendo colocado a questão da pergunta face a esta posição continuamos com este contrato só para afirmar que cumprimos com a Vila Meo, podendo vir a ter um custo pesado para quem vive em Óbidos? A opinião do senhor Presidente é que não.-----

---A senhora Deputada Cristina Rodrigues tomou a palavra referindo que, quando se disse que o acordo estava fechado em dois mil e onze, havia um conjunto de especificações que não estavam claras ou então a PT falhou claramente relativamente ao que estava acordado com a Câmara, caso tenha entendido as palavras do senhor Presidente corretamente.-----

---O Presidente da Câmara reafirmou que as condições no momento de mercado, ou seja, de posicionamento da PT sob o mercado, eram de exclusividade, nunca tendo colocado como condição, que o espaço canal fosse da PT, tendo vindo a colocar mais tarde, por força da atuação de outros operadores no mercado regulado.-----

---A senhora Deputada Cristina Rodrigues, referiu que foram circunstâncias supervenientes que determinaram a alteração de comportamento por parte da PT e daí a intenção da inclusão deste ponto para saber o ponto de situação relativamente a este processo.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		16
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

---O senhor Deputado José Machado pediu a palavra, afirmando que ouviu com atenção mas deduz que houve um incumprimento do contrato por parte da PT que era suposto pôr fibra ótica até ao final de dois mil e onze, o, que até hoje não se verificou. ----- Acrescentou ainda que sendo a ANACOM, entidade reguladora, sugere que se consulte esta entidade, pois as condutas deverão ser partilhadas, podendo o dono vir a receber alguma retribuição por isso.-----

Terminou a sua intervenção questionando o senhor Presidente se pretende expôr o assunto a ANACOM.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que já se socorreu de todas as instâncias, tendo tido já reuniões com entidade reguladora e uma das propostas feitas, de tratarmos deste assunto em sede da Comunidade Intermunicipal do Oeste, não dando este assunto como encerrado no sentido da PT poder vir a ceder.-----

Terminou dizendo que é sua intenção defender os interesses dos cidadãos, quer na partilha das redes quer naquilo que foi o compromisso que a PT assumiu.-----

---PONTO OITO - Regadio de Óbidos – termos do contrato-programa;-----

---O senhor Deputado José Machado pediu a palavra, saudando em especial a Associação de Beneficiários de Rega das Baixas de Óbidos. Destacou a ambição para que a água sendo bem aproveitada possa contribuir para aumentar significativamente a produção para o mercado nacional e estrangeiro.-----

Deu conta do espaço de tempo que decorreu desde que foi iniciado todo este processo até à atualidade, estando a falar-se de uma obra complexa.-----

Referiu-se à deputada Anabela Adónis que deu um contributo para que a montante da albufeira, eventuais problemas fossem resolvidos e incluídos no projeto. -----

Atentou para a questão do sucesso do projeto, referindo-se ainda à criação da comissão de acompanhamento, sendo no seu entender uma forma de fazer pressão, sublinhando que se está perante um fim de ciclo governativo. Considerou importante que haja uma união de esforços para que este projeto e é preciso dar-lhe continuidade e quando haja observações que sejam entendidas como contributo para o sucesso e não para prejudicar o processo.-----

---O senhor Presidente da Câmara destacou o comportamento do senhor Deputado José Machado, no esforço pelo cumprimento do Regimento, relativamente ao uso dos tempos.-----

Destacou o facto que na altura, o PS tinha elementos bem posicionados para ajudar o concelho, sendo a única pessoa que esteve do seu lado e da Associação, no processo foi a senhora Deputada Anabela Adónis, na transição do ministro, que ajudou a que o processo passasse para o topo das prioridades, tendo tido como dificuldade a falta de verbas, tendo somente a decisão.-----

Esclareceu que só agora foi publicado, dado que, só nesta altura houve o contrato de financiamento fundos comunitários, aprovados e cabimentados, com verba no Orçamento Geral do Estado e sua publicação na plataforma eletrónica para apresentação de propostas, lamentando não terem os membros do grupo Municipal do PS, dado os contributos necessários na devida altura.-----

---O senhor Deputado Jorge Veloso pediu a palavra, referindo-se à barragem de Óbidos, e segundo informação que lhe chegou referente à poluição do Rio Arnóia, existe uma fotografia num livro publicado pelo Eng.º José Machado, evidenciando um escorrimento da lixeira, achando curioso, que não se confirme esta situação, havendo em tempos esse problema, questionou se essa situação foi resolvida, quando o foi, pois na sua opinião, é um assunto que interessa a todos.-----

Considera ter sido um ponto positivo, a questão apresentada pelo grupo do PS, pois na sua opinião é necessária chamar as pessoas à responsabilização dos futuros investimentos do município.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		17
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

Terminou a sua intervenção, manifestando que o grupo Municipal do PS nunca foi contra a rede de regas, salientando que, a barragem é precisa e, a situação da poluição que pode afetar a barragem é problemático, questionando assim o executivo se existe solução ou se já foi solucionado esse problema.-----

---O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que não pretende violar o que está estipulado no Regimento, nomeadamente o ponto onde está estabelecido a intervenção do público e foi excecionalmente dada a possibilidade de intervenção por parte do público, sendo na sua opinião, ser mais correto dar a palavra dentro do ponto que está a ser discutido.-----

---Interveio a senhora Deputada Cristina Rodrigues, estando presente grande parte dos interessados, e fazendo uma nota prévia à Assembleia Municipal, sendo este um assunto de enorme importância na sua opinião, tendo esclarecido que todas as notas são de preocupação, sendo um contributo de fundo para se saber se há ou não problemas, e é com esse espírito construtivo que pretendem ouvir os interessados e ter a possibilidade de poder responder.-----

O Presidente da mesa, esclareceu que estamos perante uma obra pública que é contratada entre instituições que estão aqui representadas mas estão na parte do público, não sendo uma obra da autarquia apesar do apoio dado pela autarquia.-----

---O senhor Deputado Albino Sousa disse que os deputados eleitos na lista do PS pelo distrito de Leiria, questionaram a Ministra da Agricultura sobre esta obra de regadio e que na resposta que lhes foi dada estava previsto o início da obra para o final deste trimestre e a sua conclusão para o final de dois mil e dezoito.-----

A pergunta prende-se que devido à burocracia existente, se o senhor Presidente da Câmara ou a Associação tem alguns dados que façam com que esta resposta da senhora Ministra não esteja correta, acrescentando que o grupo Municipal também tem interesse em que o processo tenha início.-----

Referiu que assistiu a perguntas construtivas do PS e respostas dadas pelo senhor vice-Presidente da Câmara, não se recordando da mesa questionar esse facto.-----

Referiu que também ele assistiu á situação da espuma à volta da barragem, à semelhança da senhora Deputada Anabela Blanc não podendo concordar que se fale em politização do regadio, não tendo sido essa a intenção do grupo Municipal do Partido Socialista.-----

Relativamente à qualidade da água e ás análises efetuadas, questionou se foi a Associação que deu os dados à Câmara ou se foi a Câmara que deu os dados à Associação.-----

---Pedi a palavra a senhora Deputada relativamente a esta matéria, que os regadios têm três fases, nomeadamente a fase de conceção, a fase de construção e a fase de exploração, parecendo-lhe que o grupo parlamentar do PS, colocou dúvidas acerca da exploração quando ainda não se atingiu a parte da construção. -----

Esclareceu o Eng.º José Machado que em dois mil e dez foi aprovada a realização da obra enquanto que, em dois mil e catorze foi feita a aprovação do financiamento da obra.

Relativamente ás perguntas e aos esclarecimentos solicitados pelo grupo parlamentar do PS, informa que o contrato de concessão será baseado na portaria que está em vigor, caso não haja qualquer alteração legislativa, e será com a Associação de Regantes ou a quem o dono da obra entenda.-----

Esclareceu ainda que se trata de uma obra do grupo dois, obra de interesse regional e, cujo dono da obra é a DGADR, enquanto autoridade nacional do regadio, que terá de fazer a aplicação de empreitadas de obras públicas, e da contratação do código de contratos públicos na sua plenitude, não sabendo se o dono da obra, verá com bons olhos, um comissão de fiscalização do município quando já tem um outra comissão de fiscalização que terá de acompanhar toda a obra, sem descuar os poderes de



Assembleia Municipal de Óbidos		18
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

fiscalização que esta Assembleia terá de ter sobre a obra.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio, dando conta que não admite faltas de respeito com a mesa, referindo-se ao não cumprimento do uso dos tempos de intervenção.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Custódio Santos, salientando que as regras devem contemplar todos os membros. Na sua opinião tem-se estado a politizar o regadio e a barragem. Referiu que a Câmara quis dar várias utilizações à barragem tendo sido aprovado à cinco anos em Assembleia Municipal a possibilidade de haver uma empresa de lazer na barragem e na lagoa para passeio de turistas, e deu conta também da hipótese de criar um campo de golfe nas Gaeiras e hotéis e consequente utilização da barragem. Relembrou aos senhores Presidentes que, a senhora Luísa Apolónia, veio às Gaeiras visitar a barragem alertando que a mesma tinha sido feita somente para o regadio, afirmando que o PSD de Óbidos já esteve contra e é culpado pelo atraso do regadio de Óbidos.-----

---O senhor Deputado Albino Sousa interpelou a mesa, esclarecendo que não teve como pretensão ofender a mesa nem o senhor Presidente da assembleia geral, lamentando que o Regimento não contemple os tempos para as intervenções dos senhores vereadores e Presidente da Câmara.-----

---O senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra, pedindo novamente que não o tentem envolver na qualidade de ex-Presidente da Câmara, estando a conduzir os trabalhos, tendo sido eleito como Presidente da Assembleia Municipal, sentindo-se inibido de se defender politicamente.-----

---Tomou a palavra a senhora Deputada Cristina Rodrigues, subscrevendo aquilo que disse o senhor Presidente da Assembleia Municipal, apelando ao respeito institucional e pessoal entre os membros, tendo de dar o exemplo, independentemente dos grupos parlamentares, e insistindo para que se cumpra o estipulado no Regimento.-----

---O senhor Deputado Miguel Silvestre interveio, no sentido de manifestar que está em crer que o grupo parlamentar do PSD tem tido um comportamento exemplar.-----

---Tomou a palavra o senhor Presidente da Associação de Regantes, Luís Honorato, dirigindo-se ao Eng.º Machado tendo feito na sua opinião uma intervenção inteligente. Deu conta que no dia treze de julho de dois mil e catorze, de uma reunião em Lisboa com o senhor secretário de Estado, tendo esta, por coincidência sido a décima terceira vez que reúnem sobre esta temática.-----

Referiu que foram pessoas do PSD que os acompanharem e outros partidos, agradecendo ao Eng.º Canha que lhes abriu portas para chegarem aos Secretários de Estado.-----

Acrescentou que foram convidados membros do PS, estando alguns presentes nesta Assembleia, a fazerem parte dos órgãos da Associação.-----

Alertou ainda para que quando suscitarem questões sobre a poluição que o façam com dados concretos, pois é mau para os agricultores e para os funcionários, dando conta da existência de uma Associação no concelho que faturou doze milhões de euros.-----

---O Eng.º Filipe Daniel tomou a palavra referindo que, a próxima direção da Associação poderá vir a contar com a presença de pessoas com grande capacidade, não podendo ser acompanhado por qualquer pessoa.-----

Explicou que a espuma pode advir de várias situações, neste caso devido aos solos argilo-calcários, que fazem com que a água seja turva e com espuma. Manifestou que foi a primeira Assembleia Municipal que presenciou e transcrevendo-se assim o que foi dito pelo Eng.º Filipe Daniel: "...Tirando algumas intervenções achei que tivesse um patamar intelectual mais alto. Vejo aqui intervenções que é de bradar aos céus. Quando pessoas falam em poluição, a única poluição que eu ouvi aqui foi da boca delas." Ofendem as pessoas que trabalham todos os dias."-----



Assembleia Municipal de Óbidos		19
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

Dirigiu-se ainda à senhora Deputada Anabela Blanc, dizendo-lhe que o seu nome consta da ata que manifestou esta situação.-----

Referiu-se ainda às declarações do senhor Deputado Albino Sousa, nomeadamente que foram aqui feitas perguntas construtivas respondendo que só viu afirmações.-----

---O senhor Presidente da mesa dirigiu-se à senhora Deputada Anabela Blanc referindo que na intervenção feita pelo Eng.º Filipe Daniel, não houve nenhuma direção à senhora Deputada Anabela Blanc.-----

---O Eng.º Filipe Daniel terminou a sua intervenção, referindo que a senhora Ministra Assunção Cristas, manifestou na última visita que foi por vontade dos produtores e da Associação de Regantes em colaboração com os órgãos autárquicos em funções que esta obra surgiu.-----

---Pedi a palavra o senhor Deputado Jorge Veloso, referindo que embora sejam técnicos a fazer os projetos, não são eles que os aprovam.-----

Relativamente à questão da poluição, nomeadamente do escorrimento da lixeira, questiona novamente se atualmente foi resolvida a questão, solicitando ao senhor Vereador Pedro Félix que responda à mesma.-----

---Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta das Gaeiras, senhor Luís Ribeiro no sentido desta obra ser o maior investimento feito no concelho de Óbidos, percebe também as preocupações mas acredita que este investimento não seria feito caso esses problemas existissem.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal interveio, e tendo este sido membro da Assembleia Municipal à vinte e dois anos atrás, deu conta àquela altura, das suas preocupações acerca da lixeira. Era de facto uma situação que exigia uma grande preocupação mas que não podia ser confundida com lançamento de alarmismo que inclusivamente arrastaria a agricultura e a ideia de fazer investimentos.-----

Frisou que deviam estar satisfeitos pelo maior investimento no concelho de Óbidos avançar finalmente, não conseguindo interpretar esta insistência, o que, na sua opinião é desnecessária.-----

---Tomou novamente a palavra o Eng.º Filipe Daniel esclarecendo que têm em seu poder análises, que atestam a qualidade da água oriunda da barragem, não havendo qualquer intercâmbio de análises referindo que qualquer produtor pode pedir uma análise de água.-----

---O senhor Presidente da Câmara interveio no sentido de pedir ao senhor Deputado para que não insista num falso problema, estando disponível para lhe esclarecer todas as dúvidas.-----

—PONTO NOVE – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---O senhor Deputado Custódio Santos tomou a palavra, esperando que seja contemplado no próximo boletim informativo, os postes de iluminação entre a capela de Santa Iria e o Aqueduto, estando parte deles tombados, alguns no meio do passeio, tendo já referido esta situação à uns anos atrás.-----

Espera ainda que contemple também os arredores de Óbidos, na limpeza de aquedutos e de valetas das localidades da Capeleira e Navalha bem como um poste no Aqueduto que está a segurar um cabo de alimentação de um projetor que se encontra em cima de uma oliveira.-----

---A senhora Deputada Catarina Carvalho pediu a palavra, para solicitar relativamente aos processos pendentes em tribunal, que houvesse a indicação dos montantes e dos custos da taxa de justiça, tendo já efetuado esta referência por diversas vezes.-----

Voltou a pedir que sejam somados todos os valores dos processos das ações contra a Câmara e de iniciativa da Câmara para se tomar consciência de quantos milhões de euros é o respetivo saldo.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		20
Ata n.º 2	Reunião de 27.02.2015	

Chamou a atenção para a provisão contabilística ser insuficiente, pelo que há que alertar o ROC (Revisor Oficial de Contas) para este problema, por forma a que aquela provisão contabilística venha a ser refletida no balanço que será discutido na próxima Assembleia ordinária deste órgão.-----

---O senhor Presidente respondeu à senhora Deputada Catarina Carvalho perguntando-lhe se pretende fazer uma recomendação ao revisor oficial de contas, por não estar a fazer bem o seu trabalho pois, referiu que na última prestação de contas havia uma previsão por conta exatamente dos processos, não sabendo do que estão a falar.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Miguel Silvestre, com o intuito de pedir que depois desta tentativa do Partido Socialista, de incluir pontos na agenda, tenha o cuidado de se preparar devidamente, pois crê que não foi muito interessante para quem assistiu.-----

---Pedi a palavra o senhor Deputado José Machado, na sequência do que disse o senhor Deputado Miguel Silvestre disse, afirmando que se limitaram a pôr em prática uma sugestão do Dr. Telmo Faria, inteligente e útil, e que lhe parece sustentável do ponto de vista jurídico.-----

Esclareceu que a Deputada Catarina Carvalho, teve como intenção de pedir que haja uma informação de qual é que é o valor total de ações que a Câmara Municipal pôs contra outros e das ações que estão postas contra a Câmara e se faça o saldo e que, quanto a esse saldo, qual o critério, nomeadamente a percentagem da previsão contabilística.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado José Luís Oliveira, referindo que há regras próprias para trabalhar esses assuntos, ou seja, quando os processos vão para tribunal, são feitas provisões e essas provisões estão na documentação que foram entregues na prestação de contas.-----

O facto de pedir um saldo, e não sendo jurista, pensa que só depois de transitado em julgado é que há um valor correto, desconhecendo o que os senhores pretendem trazer para a praça pública, não percebe o motivo desta solicitação.-----

---O Senhor Deputado José Machado interpelou no sentido de esclarecer novamente, que o que a Deputada Catarina quis dizer, pois era hábito anteriormente vir mas talvez por lapso burocrático, podendo o senhor Presidente da Câmara dar instruções para que conste novamente essa informação, que na sua opinião é relevante para uma apreciação global.-----

---O senhor Presidente da Câmara percebeu a pretensão da senhora Deputada Catarina Carvalho, contudo, salienta que tem de se confiar no trabalho que o Revisor Oficial de Contas faz, pois ele tem responsabilidade se falhar.-----

Terminou a sua intervenção referindo que uma coisa são os valores, e vai aceder ao solicitado contudo, apela para que se faça uso da melhor maneira desses dados.-----

O senhor Presidente da Assembleia deu nota sobre a gestão dos tempos, sendo que a maioria respeitou os tempos estabelecidos no Regimento, tendo aproveitado para desejar um bom fim-de-semana, pedindo ainda aos senhores Deputados para irem assinar a respetiva folha de presenças.-----

Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e três horas e dez minutos, do dia vinte e sete de fevereiro do corrente ano, o senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro. E eu, Ana Sofia Reis Eusébio, que lavrei a presente ata, também vou assinar.-----